

Supremo rejeita Forças Armadas como 'Poder Moderador'

Decisão foi tomada por unanimidade; Toffoli classificou como 'aberração jurídica' militares arbitrarem conflitos institucionais

DANIEL GULLINO
daniel.gullino@bol.com.br

O Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou, por unanimidade, a tese de uma "intervenção militar constitucional". O último voto foi dado pelo ministro Dias Toffoli, que classificou como "aberração jurídica" a ideia de que as Forças Armadas poderiam atuar como uma espécie de Poder Moderador, arbitrando conflitos institucionais.

A Corte analisou uma ação sobre os limites constitucionais da atuação das Forças Armadas e sua hierarquia em relação aos Poderes. O julgamento promovido no

Atuação dos militares. Toffoli no Supremo: "ai guns" fizeram uma "leitura equivocada" do artigo 142 da Constituição

“Para além de se tratar de verdadeira aberração jurídica, tal pensamento sequer encontra apoio e respaldo doutrinário”

Dias Toffoli, ministro do STF, durante voto sobre o papel das Forças Armadas

na, sob a autoridade suprema do presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos Poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem".

MOMENTO APROPRIADO

Para Fux, "uma leitura originalista e histórica" do artigo 142 não permite "qualquer interpretação que admita o emprego das Forças Armadas para a defesa de um Poder contra o outro". O magistrado disse que "inexiste" no sistema constitucional do país a função de poder moderador das Forças, já que a Constituição instituiu o "pétreo princípio da separação dos Poderes e seus mecanis-

Para o decano da Corte, Gilmar Mendes, o momento para avaliar os limites constitucionais da atuação das Forças Armadas foi apropriado, tendo em vista o aniversário de 60

em vista o aniversário de 30 anos do golpe militar de 1964, na semana passada. "Faz-se necessária a intervenção do Supremo Tribunal Federal para reafirmar o que deveria ser óbvio: o silogismo de que a nossa Constituição não admi-

O julgamento do Supremo sobre o artigo 142 ocorre no momento em que investigações da Polícia Federal sobre uma suposta tentativa de golpe de Estado avançam sobre a participação de militares.

[illegible]

www.gov.br/cpmi/pt-br). Todos os termos aqui utilizados são atribuídos à Escritura de